

PARA ENTENDER O MUNDO

Leonardo Cazes » leonardo.cazes@oglobo.com.br

Com características que misturam ciências sociais e matemática, a carreira atrai pelas várias possibilidades de atuação, que incluem trabalhar em bancos e empresas

Durante os anos em que deu aula para os períodos iniciais, a professora Maria Silvia Possas, diretora-adjunta de graduação do Instituto de Economia da UFRJ, sempre perguntava o motivo que tinha levado os alunos para lá. Eles respondiam, em sua maioria, que escolheram o curso por se tratar de uma “ciência social com matemática”. Mais do que isso, a professora considera a economia uma maneira de compreender o mundo em que vivemos. E que deveria ser oferecida até na escola:

— Infelizmente, as pessoas têm muito pouca noção do que seja economia. Ela é muito importante para a cidadania. Defendo, inclusive, uma licenciatura em Ciências Sociais aplicadas. Tanto que as primeiras pessoas para quem se ensina economia são os pais, avós, tios, amigos, que têm dúvidas sobre como as coisas funcionam — conta.

Para ela, se, no colégio, o aluno gosta de geografia e história econômica e também de matemática, provavelmente vai se dar bem no curso. Mas o mais importante, é gostar de ler jornal. E a professora não está falando do caderno de esportes ou de cultura.

— O jovem tem que gostar de ler jornal, especialmente o caderno de economia. Para saber se gosta, ele precisa ler o caderno econômico de um jornal e ver se tem interesse em entender aquilo, estudar o assunto a fundo, pensar o que significa para o país — afirma Maria Silvia.

Sobre a confusão feita muitas vezes entre as funções de um economista, de um administrador e de um engenheiro de produção, ela diz que as atividades não são concorrentes, e sim complementares.

A professora explica que o administrador recebe uma formação na área de humanas, com cadeiras de psicologia e sociologia, que o economista não tem. Em compensação, este está mais preparado para construir cenários de mercado, levando em conta aspectos como concorrência e novos negócios. Já os engenheiros são atraídos para o mercado financeiro por seu conhecimento de matemática.

O GLOBO NA INTERNET

▶ Conheça outras carreiras
oglobo.com.br/educacao

Abrace e PT acreditam na prorrogação de contratos de energia

(Sérgio Vieira)

SÃO PAULO, 1 de junho de 2010 - Entre 2013 e 2016, os principais contratos de concessão no setor energético vencerão, o que implicará por algum tempo, em desproporcionalidade nas tarifas de energia em todo o País. Com isso, a capacidade de produção pode ficar prejudicada, já que, assim como já ocorrem mini-apagões em áreas isoladas, podem surgir problemas de blecautes, racionamento - e o mais grave - inflação para o consumidor. Essa conjuntura, de acordo com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), fará com que a conta dos brasileiros sofra variação de 1,5% a 2,0%. Para evitar esse tipo de oscilação - que já pesa sobre os custos - Eduardo Spalding, vice-presidente do Conselho da Abrace, acredita que "a prorrogação dos contratos vigentes deveria ser a política do governo, no lugar de solicitar novas licitações".

Entretanto, muitos destes contratos foram fechados para fornecimento de energia termelétrica, o que é sabido, uma fonte energética onerosa e bastante poluidora.

Segundo dados da instituição, "os consumidores brasileiros vão pagar R\$ 6 bilhões a mais na conta de luz em quatro anos, por conta da mudança na forma de cálculo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que estava prevista na Medida Provisória 466, que foi convertida na Lei 12.111".

A CCC é um encargo que subsidia a compra do óleo diesel e do óleo combustível usado na geração de energia elétrica por usinas termelétricas que atendem às comunidades isoladas, principalmente na região Norte.

Para Geraldo Biazotto, economista do PSDB, "as concessões são cruciais. É inconcebível como o Brasil todos estes anos não encaminhou esta questão de forma legítima. Um sistema que foi muito mal azeitado, fechando contratos, por exemplo, com termelétricas".

Já Nivaldo José de Castro, professor da UFRJ e porta-voz do PT, afirma, categoricamente, "que dificilmente serão realizadas novas licitações. O governo vai proporcionar renovações com um diferencial: oneração, modicidade e expansão".

No entanto, vale ressaltar, que a Constituição brasileira não permite apenas a renovação. Todos os contratos acordados pelo governo para realizar serviços públicos, assim que vencidos, obrigatoriamente, precisam ser colocados em nova licitação, de acordo com Jailson de Oliveira, também professor da UFRJ, responsável pelo estudo do setor energético do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).